

# RESTAURAÇÃO DO MERCADO DE SÃO BRÁS: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E IMPACTOS SOCIAIS PARA A COP30

Paulo Rodrigo Pantoja Vieira

## RESUMO

O estudo analisa o processo da revitalização do Mercado de São Brás, considerada a primeira intervenção urbana voltada à realização da COP30, a partir do Projeto de Educação Patrimonial e os impactos sociais das obras. O objetivo é compreender a relação dos comerciantes com as mudanças no espaço, investigando as ações de educação patrimonial implementadas e as percepções dos/as comerciantes sobre as intervenções. A metodologia inclui a análise de documentos oficiais e entrevistas com os/as comerciantes do mercado para avaliar os impactos físicos, socioeconômicos e culturais da revitalização. Os resultados indicam que não houve estratégias eficazes para envolver os/as comerciantes na preservação do patrimônio cultural e nas ações de educação patrimonial. A pesquisa conclui que a revitalização ocorreu sem um diálogo efetivo com os/as comerciantes, comprometendo a valorização do patrimônio e a identidade coletiva do local. A ausência de mecanismos para garantir a continuidade das ações educativas e o envolvimento da população reforça a percepção de que o processo apresenta características de gentrificação, priorizando interesses econômicos e turísticos em detrimento das necessidades dos/das comerciantes.

Palavras-chave: Mercado de São Brás; Educação Patrimonial; COP30.

## ABSTRACT

The study analyzes the revitalization process of the São Brás Market through the Heritage Education Project and the social impacts of the renovations, considered the first urban intervention aimed at hosting COP30. The objective is to understand the community's relationship with the changes in the space by investigating the heritage education actions implemented and the perceptions of the vendors regarding the interventions. The methodology includes the analysis of official documents and interviews with market workers to assess the physical, socioeconomic, and cultural impacts of the revitalization. The results

indicate that there were no effective strategies to engage the vendors in the preservation of cultural heritage, and none of the interviewees demonstrated knowledge about heritage education. The research concludes that the revitalization took place without effective dialogue with the community, compromising the appreciation of heritage and the collective identity of the site. The absence of mechanisms to ensure the continuity of educational actions and community involvement reinforces the perception that the process exhibits characteristics of gentrification, prioritizing economic and tourism interests over the needs of the workers.

Keywords: São Brás Market; Heritage Education; Memory.

## **1 INTRODUÇÃO**

A Conferência das Partes (COP) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é um dos principais eventos globais sobre mudanças climáticas, reunindo líderes mundiais, especialistas e representantes da sociedade civil para discutir estratégias de mitigação e adaptação aos desafios ambientais. De acordo com Gonçalves da Silva et al. (2024), a cidade selecionada para ocorrer a 30ª edição foi Belém, capital do estado do Pará, a ser realizada no período de 10 a 21 de novembro de 2025. A escolha de Belém como sede da COP30 ressalta a importância da Amazônia no debate climático global e impulsiona uma série de investimentos em infraestrutura para preparar a cidade para receber delegações internacionais e debates de grande relevância ambiental e socioeconômica.

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar o processo de licenciamento ambiental e compreender como se deu a relação das pessoas com as obras do Mercado de São Brás, considerada a primeira obra para a realização desse megaevento. Serão investigadas as ações de educação patrimonial implementadas, bem como as percepções dos/as comerciantes sobre o impacto das intervenções no local, considerando o tempo de trabalho, os vínculos familiares com o negócio e as expectativas em relação à preservação do mercado.

A revitalização de espaços urbanos históricos frequentemente gera tensões entre interesses econômicos, sociais e culturais. O Mercado de São Brás, um dos principais pontos comerciais e históricos de Belém, passa por um processo de transformação que levanta questionamentos sobre o impacto dessas reformas nos feirantes e na população

local. As intervenções urbanas podem resultar em melhorias infraestruturais e na ampliação do potencial turístico da cidade, mas também podem levar à gentrificação, deslocando as pessoas que viviam e conviviam com o patrimônio cultural e alterando significativamente a dinâmica socioeconômica dos territórios afetados.

A educação patrimonial, nesse sentido, emerge como uma ferramenta essencial para sensibilizar e integrar a comunidade local no processo de preservação do mercado enquanto bem cultural. Contudo, a ausência de iniciativas eficazes nessa área pode comprometer a identificação e a valorização do patrimônio por parte dos principais atores envolvidos: os/as comerciantes e frequentadores do mercado. As entrevistas realizadas com comerciantes do local demonstram que muitos não participaram de ações efetivas de educação patrimonial e não foram incluídos nos debates sobre as transformações promovidas.

Dessa forma, este estudo busca compreender como as/os comerciantes percebem as mudanças ocorridas, os desafios enfrentados na reorganização do espaço e a ausência de participação efetiva no processo decisório. Além disso, a pesquisa levanta discussões sobre o papel do licenciamento ambiental na preservação do patrimônio e das políticas patrimoniais para entender como o processo de restauração foi realizado, principalmente a relação entre as pessoas e o patrimônio cultural.

A metodologia utilizada neste trabalho inclui a análise de documentos oficiais referentes ao licenciamento ambiental das obras do mercado, além de entrevistas com comerciantes do local. O objetivo é entender não apenas os impactos físicos da reforma, mas também as consequências socioeconômicas e culturais junto àqueles que dependem diretamente do mercado para sua subsistência. Ao trazer esses aspectos para o debate, espera-se contribuir para formulações de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades da população local, garantindo que as transformações urbanas respeitem a identidade histórica e cultural dos territórios em que ocorrem.

## **2 MERCADO DE SÃO BRÁS**

### **2.1 História e fruição patrimonial e social**

O Mercado de São Brás é um dos marcos históricos e arquitetônicos mais emblemáticos da capital paraense. Sua construção remonta ao início do século XX, durante a administração do intendente Antônio Lemos, período em que Belém passava por um

intenso processo de modernização impulsionado pelo ciclo da borracha. A obra foi planejada para atender às necessidades da população e melhorar a infraestrutura urbana da cidade.

De acordo com Souza et al. (2020), Antônio Lemos apresentou um relatório ao Conselho Municipal de Belém em 1910, informando que a construção do mercado estava sendo realizada na Praça Floriano Peixoto, sob a responsabilidade do engenheiro Filinto Santoro. A expectativa era de que o estabelecimento fosse concluído ainda naquele ano para servir aos habitantes da região

Segundo Souza et al. (2020), a inauguração do Mercado ocorreu em 21 de maio de 1911, e sua imponência reflete a grandiosidade dos materiais e detalhes arquitetônicos utilizados em sua construção. Na época, sua descrição foi publicada no jornal *A Província do Pará*, como forma de divulgar e enaltecer a administração pública, prática comum naquele período. Essas publicações se tornaram fontes valiosas para compreender a história urbana e administrativa da cidade.

Desde sua inauguração, o espaço passou por diferentes processos de reforma que buscaram modernizar suas instalações, preservar a arquitetura original e melhorar as condições de trabalho para os/as comerciantes. Segundo Souza et al. (2020, p 146), “em relação às reformas realizadas, o Mercado de São Brás passou por duas, em gestões municipais diferentes. A primeira reforma realizada em 1988 e a segunda em 1998/1999”.

As reformas trouxeram melhorias no sistema de esgoto e ventilação, visando proporcionar um ambiente mais adequado para a comercialização de alimentos e outros produtos. Entretanto, segundo Souza et al. (2020, p. 147), “nas duas reformas realizadas, foram incorporados outros produtos que são comercializados no interior do prédio e que não condizem com a essência do próprio mercado de São Brás, que era a venda de gêneros alimentícios”. Essa intervenção foi fundamental para acompanhar o crescimento da demanda e a expansão do comércio local.

Além das transformações físicas, a percepção da população em relação ao mercado também se modificou ao longo do tempo. Dantas (2022, p. 9) indica que,

as principais representações que o mercado suscita nas redes de memória subjetivas da população de Belém, na atualidade, são predominantemente negativas: desvalorização, problemas, negligência, descaso e abandono. Essas representações interferem sobremaneira no modo pelo qual experienciamos, nos vinculamos e pertencemos ao espaço dentro das redes de memórias afetivas.

Esse afastamento simbólico impacta a relação da comunidade com o mercado, dificultando iniciativas de valorização e preservação do local.

Em meio às reformas, o Mercado de São Brás desempenhou um papel multifuncional, atendendo a diversas atividades e necessidades da comunidade. Conforme destaca o jornal O Liberal (2022, p. 1)

em 1988, na administração do prefeito Fernando Coutinho Jorge, o mercado passou por uma grande reforma, com mudanças significativas nos aspectos espaciais e de uso. Após essa intervenção, o prédio atual passa a contar com espaços destinados a teatro, comercialização e oficinas de administração municipal. O uso antes existente, como venda de carne, fruta, legumes e produtos de mercadoria, foi transferida para a área onde hoje está o estacionamento. Devido a acústica e a grande movimentação de veículos, o teatro foi desativado.

Esse caráter multifuncional fazia do mercado um local de expressão popular. A proximidade com áreas centrais da cidade e a circulação intensa de pessoas tornavam o Mercado de São Brás um espaço estratégico para a realização de atos políticos e reivindicações. De acordo com o G1 PA (2021, p. 1), “representantes de sindicatos e movimentos sociais participaram na manhã desta quinta-feira (15) de um ato simbólico em frente ao Mercado de São Brás, em Belém. Na ocasião, foram fixadas 350 cruces no local, que simbolizam as mais de 350 mil vidas perdidas para a Covid19.” Esse episódio recente é um exemplo da continuidade da importância do mercado como local de memória e protesto.

A reforma mais recente do Mercado de São Brás teve início em janeiro de 2023. Segundo o Agência Belém (2023, p. 1), “a Prefeitura de Belém promove cerimônia nesta sexta-feira (27/01/2023) para assinatura da ordem de serviço para o início das obras. Prevista para ser concluída em 18 meses, a revitalização do espaço deve custar R\$ 50 milhões.” O principal objetivo dessa nova intervenção foi modernizar as instalações, garantir acessibilidade, melhorar a infraestrutura básica e oferecer ambiente mais seguro para os comerciantes e o público geral (figura 1).



Figura 1 – O novo Mercado de São Brás.  
Foto: Paulo Rodrigo Pantoja Vieira, 2025.

Ademais, a reforma do Mercado de São Brás está diretamente ligada aos preparativos para a COP 30, sendo um marco na modernização da infraestrutura urbana de Belém. Valter Correia, secretário extraordinário para a COP 30, acompanhou a reforma do Mercado de São Brás ao longo de 2024 e afirmou que “essa é a primeira obra da Conferência das Partes entregue no ano passado”, afirmam Passos e Mota (2025, p. 1). Essa requalificação evidencia tanto a importância histórica e cultural do mercado quanto os desafios da preservação patrimonial diante de grandes eventos internacionais. Além disso, a relação entre o licenciamento ambiental e as ações de educação patrimonial no projeto se torna um ponto central na análise dos impactos dessa intervenção sobre a comunidade local e os comerciantes do mercado.

Inicialmente, a previsão de entrega completa da obra era para setembro de 2024, contudo, segundo o Passos e Mota (2025, p. 1), “em 17 de setembro, apenas uma parte foi reaberta para o público. O espaço completo foi entregue três meses depois, em 18 de dezembro de 2024”. A obra teve o orçamento de R\$ 150.000.000,00, ou seja, três vezes o valor planejado, de acordo com Passos e Mota (2025, p. 1). Apesar da finalização da obra, a ocupação completa pelos antigos feirantes e novos locatários ainda está em andamento. Passos e Mota (2025) afirma que tal ocupação só será finalizada em meados de março de 2025, logo após o processo de adaptação de cada box cedido para a comercialização.

Devido seu valor histórico e arquitetônico o Mercado de São Brás foi tombado pelo Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado do Pará em 02 de julho de 1982. Apesar de sua importância histórica, o mercado enfrenta atualmente desafios relacionados à sua gestão e manutenção. Como destacado por Dantas (2022, p. 8),

o mercado será, via de regra, privatizado. O discurso coloca a privatização como indispensável à requalificação do espaço e à melhoria dos serviços que ali são prestados, no entanto, anteriormente a este edital, essas condições não haviam sido debatidas com a sociedade civil ou com os permissionários do lugar.

Esse processo levanta questionamentos sobre a participação popular nas decisões que envolvem o patrimônio público e sua função social.

O projeto mais recente de revitalização do Mercado de São Brás inclui uma série de novas funcionalidades e ampliações. Segundo Dantas (2022, p. 11),

o projeto divulgado conta com um incremento de 2.065 m<sup>2</sup> de área bruta locável à área já existente no complexo, com sugestões de operações de varejo, de serviços e de espaços complementares como: centro de convenções e de eventos; restaurantes terraços; restaurantes panorâmicos; empório; cervejaria; boulangerie (padaria gourmet); pub; Ver-o-pesinho (boieiras); escola de gastronomia (UEPA); espaços artesões paraenses (barro, miriti, cestaria etc.); coliseu de eventos populares (danças, teatro de fantoches, boi-bumbá, carimbó, entre outros); e “calçadão dos permissionários.

Essas mudanças alteram significativamente a estrutura e a funcionalidade do espaço, trazendo oportunidades e desafios para os/as comerciantes e frequentadores do mercado.

Por fim, o Mercado de São Brás ocupa um papel central na dinâmica urbana de Belém. Situado em um ponto estratégico da cidade, próximo a importantes vias de circulação, o mercado se consolidou como um espaço de encontro e comércio, mantendo sua relevância ao longo das décadas. Seu patrimônio material e imaterial representa não apenas a memória da cidade, mas também as transformações socioeconômicas pelas quais Belém passou no último século.

## 2.2 Nosso olhar para a Mercado

A pesquisa realizada no Mercado de São Brás foi conduzida a partir de três abordagens metodológicas principais: a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica refere-se à história do Mercado de São Brás e aos

conceitos teóricos sobre patrimônio, processo de licenciamento ambiental e educação patrimonial. A pesquisa documental está relacionada à análise de documentos disponíveis na plataforma SEI (Sistema Eletrônico de Informações), com o objetivo de identificar e examinar os registros relacionados ao processo de licenciamento ambiental do patrimônio histórico analisado. Esses documentos fornecerão subsídios para compreender as diretrizes legais, as ações de educação patrimonial previstas e as intervenções realizadas no espaço. No total foram analisados três documentos. Embora o processo envolva outros atores, como os arqueólogos, a prefeitura e o governo, empresários, optou-se por trabalhar com os comerciantes.

A análise documental foi realizada a partir de documentos disponíveis na plataforma SEI, com destaque para o projeto “Programa de Estudos Arqueológicos no Mercado de São Brás, Belém, Pará”, o parecer técnico nº 26/2023/COTEC IPHAN-PA/IPHAN-PA (4632385) e o “Relatório Programa de Estudos Arqueológicos no Mercado de São Brás, Município de Belém, Estado do Pará”.

Com relação à pesquisa de campo foi realizada a observação direta do ambiente, o registro fotográfico e a realização de entrevista semiestruturadas com os/as comerciantes. As entrevistas tiveram como foco compreender as percepções dos/as comerciantes sobre a importância do mercado, suas perspectivas ao longo do tempo, os vínculos familiares com o negócio, as atividades de educação patrimonial no decorrer da obra e as expectativas em relação ao futuro do espaço e sua preservação.

Foram conduzidas entrevistas com onze pessoas que atuam no Mercado de São Brás e aceitaram participar da pesquisa, sendo oito mulheres e três homens. Devido à baixa taxa de adesão ao termo de cessão, optou-se por preservar o anonimato de todos/as os/as entrevistados/as, garantindo maior liberdade para o compartilhamento de suas percepções e experiências.

Por conseguinte, as entrevistas representam um recurso metodológico valioso e amplamente utilizado em diversas áreas do conhecimento, especialmente em pesquisas qualitativas. Elas permitem não apenas a coleta de dados ricos e detalhados, mas também a criação de uma conexão entre o/a pesquisador/a e os/as participantes, promovendo um entendimento mais profundo sobre os temas investigados.

Conforme Russo et al. (2019, p. 2), “a entrevista constitui fonte de evidências importante nas pesquisas em qualquer campo do conhecimento, sendo utilizada sozinha ou de forma combinada com outros procedimentos metodológicos, como análise

documental.” Essa característica torna as entrevistas essenciais para complementar outros métodos, como a análise de documentos históricos ou dados quantitativos, agregando perspectivas subjetivas que enriquecem a interpretação da realidade estudada.

No caso de pesquisas voltadas à memória histórica e patrimonial, como a análise de espaços de relevância cultural, as entrevistas ajudam a articular os significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências e ao ambiente. Como destacado por Tomaz (2010, p. 2), ao observar um local de importância histórica, ele desperta memórias de um passado distante que, mesmo longínquo, consegue gerar emoções e sensações vívidas. Esses sentimentos fazem com que momentos e acontecimentos ocorridos nesse espaço sejam recordados, ajudando a compreender e dar sentido à realidade atual. Por meio das entrevistas, é possível despertar essas memórias individuais e coletivas que estão intrinsecamente ligadas a lugares, edificações e monumentos.

No entanto, a eficácia do uso de entrevistas como método de pesquisa depende de critérios rigorosos que garantam a qualidade dos dados coletados. Segundo Russo et al. (2020, p. 5), “a qualidade na demonstração dos resultados deve ser promovida com credibilidade e confiabilidade na interpretação dos dados e na apresentação de argumentos sólidos que podem ser verificados.” Isso implica que o/a pesquisador/a deve estar atento/a aos aspectos como a construção de um roteiro de perguntas bem estruturado, a análise criteriosa das respostas e a triangulação com outras fontes de evidência.

Para assegurar a ética na condução da pesquisa foi entregue um Termo de Cessão de Direitos de Imagem e Entrevista a todas as pessoas que participarem do estudo. Esse documento formaliza a autorização para o uso das informações registradas, garantindo a transparência do processo e o respeito aos direitos dos/as participantes. A aplicação desse termo visa assegurar que as informações obtidas sejam utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e com o devido consentimento dos/as envolvidos/as. Entretanto, a maioria dos/as entrevistados/as não permitiram a gravação das entrevistas, o registro fotográfico e não assinaram o Termo de Cessão por escrito. Autorizaram de forma verbal serem entrevistados/as e o uso para fins acadêmicos mantendo o anonimato. Portanto, as pessoas serão identificadas com a palavra Informante seguida da numeração arábica crescente conforme a ordem da realização das entrevistas.

### **3 PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

A reforma do Mercado de São Brás foi a primeira grande intervenção urbana realizada em preparação para a COP30, evidenciando seu papel estratégico tanto na modernização da cidade quanto na valorização de seu patrimônio cultural. Esse projeto tem como objetivo não apenas buscar revitalizar um dos marcos históricos de Belém, mas também refletir um esforço para conciliar desenvolvimento urbano e sustentabilidade, discussão que será abordada no próximo capítulo.

Entende-se por patrimônio cultural os bens tangíveis e intangíveis de relevância histórica, cultural e ambiental, cuja preservação está regulamentada por legislações específicas. De acordo com a Constituição Federal patrimônio cultural brasileiro refere-se aos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, p. 126). Entre esses bens, destaca-se o patrimônio arqueológico, de interesse para essa pesquisa, que é composto por vestígios materiais da sociedade, fundamentais para a compreensão da história e da identidade cultural.

Mancini e Herédia et al. (2017, p. 58) trazem a compreensão de que os patrimônios culturais são “entendidos também como lugares de memória, guardam dentro de si lembranças, aspectos culturais de uma sociedade, e podem ter funções na difusão de informações, conhecimento cultural, sociológico e educacional”. A proteção desse patrimônio é assegurada por dispositivos legais que determinam a necessidade de sua salvaguarda, especialmente em contextos de desenvolvimento urbano e infraestrutura.

Um das formas de possibilitar o acesso a essa memória e compreender a relação das pessoas com o patrimônio cultural e o patrimônio arqueológico é por meio da Educação Patrimonial.

A Educação Patrimonial (EP) surge como uma ferramenta indispensável para sensibilizar as comunidades e promover o engajamento na preservação de sua história e memória coletiva. Segundo Florêncio et al. (2014, p. 19), a educação patrimonial envolve diferentes formas de ensino, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, que têm como objetivo principal o estudo e a valorização do Patrimônio Cultural. Esse patrimônio é compreendido e utilizado pela sociedade como um meio para entender a história, reconhecer e preservar referências culturais de um grupo ou comunidade. Essa definição destaca a dimensão educativa e participativa do conceito, salientando que sua prática vai além da simples transmissão de informações sobre o patrimônio. Trata-se de um processo integrador que possibilita uma compreensão crítica das culturas e histórias locais, regionais e nacionais.

No contexto arqueológico, a Educação Patrimonial no Brasil está intrinsecamente ligada às políticas de preservação cultural e à atuação da arqueologia em projetos de licenciamento ambiental. Desde 2002, a EP foi incorporada a esses projetos como uma exigência normativa do Estado, tornando-se um instrumento de mediação entre as intervenções arqueológicas e as comunidades locais afetadas. Como destaca Bezerra (2016, p. 220), "a arqueologia participa desse sistema não somente desempenhando sua competência técnica específica (a investigação do registro arqueológico), mas, também, mediante a realização de atividades paralelas com as comunidades afetadas".

Além disso, um dos desafios históricos da Educação Patrimonial no Brasil tem sido a falta de diálogo real com as comunidades e a superficialidade das ações implementadas. Muitos projetos de EP limitam-se à produção de materiais educativos com linguagem inadequada, conteúdos simplificados e pouca consideração pelas histórias locais. Como apontado por Bezerra (2016, p. 220) "os materiais produzidos no âmbito de vários desses projetos revelam muitos problemas: linguagem inadequada, extrema simplificação dos conteúdos, desprezo pelas histórias locais e falta de perspectiva crítica". Esse distanciamento acaba reforçando uma visão hierárquica do conhecimento, na qual as comunidades são tratadas como carentes de educação sobre seu próprio patrimônio.

Por outro lado, a educação patrimonial tem demonstrado seu papel essencial na construção de narrativas mais completas e inclusivas. Segundo Andrade (2019, p. 241),

Para seu reconhecimento, sua valorização e preservação, a participação das comunidades se mostra um acesso para a Arqueologia pesquisar e interpretar os fatos de maneira mais completa e apurada. A riqueza das narrativas aliadas à cultura material move os grupos no sentido de contextualizarem e trocarem experiências.

Essa interação entre comunidades e pesquisadores não apenas valoriza as memórias e experiências locais, mas também legitima o papel das populações no processo de produção de conhecimento.

Ademais, os projetos de educação patrimonial que privilegiam a integração entre diferentes saberes têm apresentado resultados significativos. Como aponta Andrade (2019, p. 250),

Nesse sentido, observa-se que os resultados mais relevantes são alcançados por meio de projetos integrados que entendem a relação de equidade em meio aos saberes. Entre as categorias de projetos de Educação Patrimonial recíproca e geradora, identifica-se a rede estabelecida entre os participantes quando há

referências sobre percepção do legado da desigualdade, bem como dos valores de parceria e da democracia para a integração de múltiplas competências.

Essas iniciativas não apenas promovem a inclusão social, mas também reforçam os laços comunitários e a consciência sobre a importância da preservação cultural.

Essas categorias indicadas por Andrade (2009) têm como referência a criação de 6 categorias de EP em arqueologia criadas por Little (2007 apud ANDRADE, 2009) que são identificadas como: excludente, distante, ingênua, beneficente, recíproca e geradora.

Entende-se por *excludente* a categoria na qual as ações são desenvolvidas sem a integração entre as diferenças culturais presentes no mesmo espaço, sem engajamento social e com resultados temporários. Na categoria *distante*, as ações de Educação Patrimonial são colocadas de modo hierárquico, resultando no destacamento social de determinados grupos sobre outros. A categoria *ingênua* é observada em ações de Educação Patrimonial como um recurso para o comprometimento dos segmentos sociais com o patrimônio que lhes será apresentado. *Beneficente* é a categoria em que a comunidade com a qual se trabalha é vista a partir da necessidade de conhecer seu passado e, assim, preservá-lo. [...]. A categoria de Educação Patrimonial do tipo recíproca tende a criar o empoderamento das sociedades através do diálogo para reconhecimento de seu patrimônio, discretamente mencionando seu processo de construção, atuando como uma fase de transição para o tipo de Educação Patrimonial geradora, perspectiva na qual suas ações promovem a ampliação das redes de conhecimento, criando oportunidades de integração entre os diferentes segmentos da sociedade para avaliarem o reconhecimento, a apropriação e a permanência do Patrimônio Cultural (ANDRADE, 2019, p. 245).

De acordo com Andrade (2019) a concepção de Educação Patrimonial geradora apresenta forte relação com a Teoria de Educação e Trabalho Docente Conscientizador de Paulo Freire (1980), uma vez que ambas enfatizam a autonomia e a participação ativa dos sujeitos no processo educativo. Cilcair Andrade (2019) ao examinar os projetos de Educação Patrimonial nos quais a autora esteve envolvida, observa-se que a mudança das práticas patrimoniais seguiu um caminho progressivo. Inicialmente, adotou-se uma abordagem beneficente, que foi gradualmente substituída por uma perspectiva recíproca, até culminar na fase geradora, refletida nos projetos mais recentes, implementados em 2018.

A educação patrimonial e a preservação cultural são elementos cruciais na possibilidade de garantia da manutenção e valorização das diversas manifestações culturais que compõem nossa identidade coletiva. Esses processos não apenas promovem a compreensão do passado, mas também incentivam um diálogo constante entre o presente e o futuro, contribuindo para que as novas gerações reconheçam e valorizem as heranças culturais que lhes foram legadas.

No contexto do licenciamento ambiental na IN nº 01/2015 do IPHAN, a Educação Patrimonial tem um destaque relevante. Para a avaliação de impactos aos bens culturais em determinados tipos de empreendimento, bem como para o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, deverá ser apresentado um Projeto Integrado de Educação Patrimonial. O Artigo 43 dessa normativa apresenta o entendimento sobre o Projeto Integrado de Educação Patrimonial sendo “aquele que contemple concepção, metodologia e implementação integradas entre o patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados” (IPHAN, 2015, p. 16).

Há ainda a descrição do público-alvo que deve ser “composto por comunidades impactadas pelos empreendimentos, empregados envolvidos com o empreendimento, comunidade escolar, inclusive professores das unidades selecionadas, e gestores de órgãos públicos localizados na AID do empreendimento” (IPHAN, 2015, p. 16). Destaca-se ainda a indicação de participação de profissionais de Educação no projeto e que palestras, entrega de cartilhas e/ou qualquer ação apenas de caráter de divulgação não se identifica como um Projeto Integrado e Educação Patrimonial.

Além da IN nº 01/2015 é de extrema importância que esses projetos sejam construídos em consonância com a Portaria nº 137/2016 do IPHAN que estabelece as diretrizes da Educação Patrimonial do IPHAN. O artigo 2º apresenta a conceituação atual de Educação Patrimonial para o IPHAN que corresponde aos

processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades (IPHAN, 2016, art. 2).

Portanto esse instrumento legal tem como princípio central a participação social na construção e implementação de ações educativas, promovendo o protagonismo dos diferentes grupos sociais. Ao incentivar essa participação, busca-se ampliar o reconhecimento do patrimônio cultural como um elemento vivo e significativo para as comunidades, fortalecendo os vínculos entre memória, identidade e cidadania. Dessa forma, as práticas educativas deixam de ser apenas transmissões de conhecimento e passam a ser elaborações coletivas, nas quais os sujeitos envolvidos atuam ativamente na construção, valorização e preservação do patrimônio.

## **4 DA PALAVRA ESCRITA À FALADA: O QUE OS DOCUMENTOS PREVIAM E COMO OS COMERCIANTES FORAM AFETADOS**

### 4.1 O que documentos falam?

Ao analisar o “Programa de Estudos Arqueológicos no Mercado de São Brás, Belém, Pará”, disponível no SEI!, este documento apresenta-se como uma iniciativa essencial para a preservação do patrimônio arqueológico e histórico da cidade. Na análise inicial do processo percebe-se que ele não faz parte de processo de licenciamento ambiental, sendo, portanto, um projeto de restauração em um patrimônio tombado pelo Estado do Pará. Assim, a realização de um projeto voltado ao patrimônio arqueológico representa um compromisso com a preservação da memória e a salvaguarda do patrimônio cultural.

O parecer técnico (nº 4632385) que analisa o projeto segue os dispositivos legais pertinentes, em especial a Lei Federal nº 3.924/1961, que regula a proteção do patrimônio arqueológico no Brasil. A aplicação dos critérios estabelecidos pelas Portarias SPHAN nº 007/1988 e IPHAN nº 196/2016 assegura que a pesquisa arqueológica ocorra de maneira sistemática e metodologicamente adequada.

O projeto arqueológico em questão demonstra uma abordagem metodológica que contempla tanto o acompanhamento das intervenções no subsolo quanto a realização de escavações pontuais em áreas estratégicas do Mercado de São Brás e seu entorno, utilizando tecnologias como georreferenciamento, aplicativos móveis para coleta de dados e processamento estatístico. Além disso, a curadoria dos materiais coletados indica a realização em laboratório, o que assegura que os vestígios arqueológicos sejam devidamente preservados e analisados conforme metodologias apropriadas a cada tipo de material encontrado, contribuindo para uma investigação detalhada do patrimônio histórico local.

Outro ponto do projeto é sobre a educação patrimonial e a divulgação do conhecimento arqueológico. As atividades educativas previstas estão voltadas para trabalhadores da obra, estudantes e a população em geral.

A inclusão de estratégias pedagógicas e comunicacionais no escopo da pesquisa arqueológica reforça o compromisso do estudo com a valorização da história local e a socialização dos saberes produzidos. Assim, ao aliar rigor técnico-científico e ações educativas, o projeto, em sua proposta, não apenas pretende contribuir para a salvaguarda

do patrimônio arqueológico do Mercado de São Brás, mas também promover o engajamento da comunidade na preservação de sua memória coletiva.

Partindo para uma análise da proposta de educação patrimonial no projeto arqueológico do Mercado de São Brás demonstra-se um compromisso com a socialização do conhecimento, tornando a pesquisa acessível tanto para os trabalhadores da obra quanto para visitantes na obra, entendidos como professores, alunos e população geral no local e nas redondezas da obra. As atividades planejadas, como diálogos sobre arqueologia e patrimônio histórico, se apresentam como uma promoção de entendimento mais profundo da importância da preservação dos vestígios arqueológicos e culturais. Ao envolver professores, alunos e moradores do entorno, o projeto se mostra como criando um espaço de aprendizagem e conscientização, onde o patrimônio passa a ser reconhecido como parte integrante da identidade e memória coletiva da cidade de Belém.

Além do contato direto com a comunidade, foi prevista a divulgação dos resultados do projeto por meio de recursos museográficos, mídias digitais e periódicos científicos. Essa estratégia permitiria que o conhecimento gerado não se restrinja ao meio acadêmico, mas também chegue a diferentes públicos, fortalecendo a valorização do patrimônio arqueológico. A presença do projeto em congressos e revistas especializadas contribuiria para o avanço da arqueologia no Brasil, ao mesmo tempo em que a exposição dos achados em plataformas acessíveis reforçaria a educação patrimonial como ferramenta essencial para a preservação cultural e o engajamento da sociedade.

O relatório (SEI! 5393367) apresentado sobre as medidas de Educação Patrimonial aplicadas no processo de revitalização do Mercado de São Brás demonstra uma abordagem estruturada e respaldada por referências teóricas e metodológicas. No entanto, uma análise crítica do documento permite identificar tanto seus méritos quanto suas limitações em relação à efetividade da implementação das ações de sensibilização e participação comunitária.

Inicialmente, o documento destaca a relevância do Mercado de São Brás como um espaço de memória coletiva e identidade cultural, reconhecendo sua importância histórica na urbanização de Belém e na articulação com o interior do Estado. A valorização das experiências e memórias dos/as comerciantes do mercado é um ponto positivo da abordagem, pois reforça a ideia de que o patrimônio não é apenas material, mas também imaterial, sendo construído socialmente ao longo do tempo, além de valorizar a relação das pessoas com o patrimônio.

Contudo, ao analisar a execução prática das ações de Educação Patrimonial, percebe-se uma fragilidade na efetiva participação da comunidade impactada pela revitalização. Apesar de o relatório mencionar o contato inicial com os/as comerciantes e trabalhadores da obra, não há evidências concretas de um processo contínuo e estruturado de envolvimento desses agentes. Não há a indicação de dados como quando esse encontro ocorreu, quantos comerciantes e trabalhadores foram contactados.

O documento relata que os permissionários demonstraram interesse em compartilhar suas histórias, mas não esclarece de que forma essas narrativas foram incorporadas ao projeto de revitalização ou se houve algum retorno para os entrevistados além da coleta de relatos. Não há a indicação de qual atividade realizada tanto com trabalhadores, quanto comerciantes e muito menos com os visitantes e público em geral.

Outro ponto que merece reflexão é a abordagem metodológica utilizada. O relatório menciona a inspiração na metodologia do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da SECULT, que valoriza o ser humano como patrimônio, mas não detalha como essa perspectiva foi operacionalizada no campo. A sensibilização dos trabalhadores e comerciantes, bem como a mediação realizada, parecem ter sido limitadas a encontros pontuais, o que pode comprometer a internalização e a apropriação dos conceitos de preservação patrimonial pela comunidade local.

Além disso, a ênfase na explicação das leis arqueológicas e na apresentação de fragmentos arqueológicos, embora relevante, pode não ter sido suficiente para criar um vínculo significativo entre os/as comerciantes e a preservação do mercado. Uma abordagem mais interativa e participativa, como oficinas práticas ou projetos colaborativos, poderia ter sido explorada para ampliar o engajamento e garantir que a Educação Patrimonial não fosse percebida apenas como um requisito burocrático do processo de revitalização. Dessa forma, entende-se que esse projeto poderia se classificar como *distante* como indica Little (2007 apud Andrade, 2009) pois parece haver uma hierarquia entre os grupos sociais, não sendo indicado de forma esclarecedora o envolvimento das/os principais atores do mercado.

Por fim, o relatório acerta ao reconhecer a importância da história do tempo presente na construção do significado do mercado, mas peca por não apresentar mecanismos claros de continuidade para as ações propostas. Pelo descrito no documento não demonstra ter comerciantes e trabalhadores como sujeitos importantes dessa narrativa. A ausência de um plano de acompanhamento ou de iniciativas que garantam a permanência do engajamento da comunidade após a conclusão da revitalização pode

comprometer os objetivos a longo prazo da preservação patrimonial e não inclui as pessoas como as protagonistas da história do Mercado de São Brás.

#### 4.2 Educação Patrimonial? “Nunca teve”

Por outro lado, onde estão os/as comerciantes diretamente afetados/as com a obra? Uma feira provisória de São Brás foi instalada atrás do mercado principal, que atualmente ainda está em reforma. Embora uma faixa na entrada sinalize sua existência (figura 2), muitos clientes desconhecem sua localização devido à pouca acessibilidade e visibilidade. Além disso, o espaço apresenta desafios como calor excessivo, apontados por alguns comerciantes realocados temporariamente.

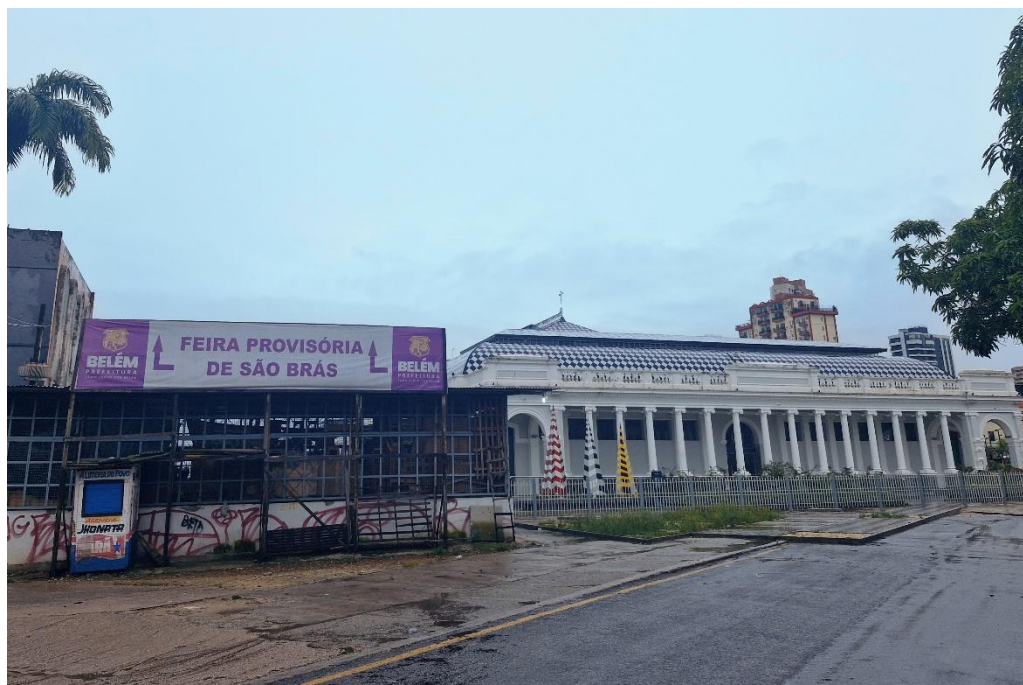


Figura 2 – Tapume em frente à feira provisória do Mercado de São Brás.  
Foto: Paulo Rodrigo Pantoja Vieira, 2025.

Com a reabertura do mercado reformado, os/as comerciantes serão redistribuídos/as em diferentes áreas, chamadas de "naves", sendo que as boeiras<sup>1</sup>, apesar de preferirem outra disposição, ficarão na parte traseira, enquanto os vendedores de conveniência ocuparão a nave esquerda e os novos empreendimentos a nave central.

---

<sup>1</sup> As boeiras, mulheres que servem no mercado Ver-o-Peso pratos regionais — ou a boia, que deu origem ao nome.

A entrevista com Informante 1, que trabalha no mercado há mais de trinta anos, oferece um panorama das transformações do local e dos impactos das reformas sobre os comerciantes. Seu relato evidencia um processo de resistência e adaptação diante de desafios estruturais e da falta de participação dos/as comerciantes nas decisões.

Desde o início de sua trajetória, Informante 1 trabalhou na área externa do mercado, exposto às intempéries. Durante a primeira gestão do prefeito Edmilson Rodrigues (1997-2001), foi possível sua transição para um espaço mais protegido:

A nossa passagem pra cá na primeira vez foi ótima, porque a gente já teve um lugar melhor pra trabalhar, com mais segurança, né? Já não pegava chuva, não trabalhava mais com lona, não trabalhava mais com barraca de monta e desmonta.

Esse avanço proporcionou melhores condições de trabalho e maior estabilidade. No entanto, as reformas mais recentes trouxeram desafios. A realocação temporária resultou na redução do espaço disponível e na queda das vendas. Como relatado, "perdemos metragem de bancos, diminuiu bastante, a nossa mercadoria tá tudo nas caixas, dentro do baú, tá em casa. Perdemos clientes, entendeu? Espaço." (Informante 1). Além disso, a comunicação deficiente sobre as mudanças gerou incertezas, dificultando a recuperação econômica do local.

Outro ponto crítico é a qualidade das reformas. Informante 1 aponta problemas estruturais persistentes, como infiltrações e falhas na drenagem, "teve uma outra inauguração aí, mas não foi bem aceita pelo público, porque chove tudo aí dentro. É uma obra, assim, que o pessoal que trabalha lá diz que chove mais dentro do que fora."

Uma questão central da análise do trabalho é sobre a Educação Patrimonial. Como já observado na análise documental não foi realizado projeto de Educação Patrimonial com os/as comerciantes. Ao serem questionados/as houve respostas como "nunca teve. A reunião que teve aí foi para ele mostrar como seria, no caso, depois de pronto. Apresentar o projeto arquitetônico. Tanto que não foi feito nem a metade do que foi apresentado." (Informante 1). Outro exemplo da falta de conhecimento sobre EP, vem da Informante 5 "Não, eu não ouvi falar ainda. E também não entendo para falar a verdade".

De maneira semelhante, Informante 6 desconhece o conceito de educação patrimonial e não participou de discussões sobre a preservação do mercado, sugerindo uma lacuna na comunicação e no engajamento dos comerciantes com iniciativas voltadas para a valorização do patrimônio cultural. Sua visão reflete uma sensação de

distanciamento entre as reformas e os interesses dos comerciantes, já que as mudanças parecem beneficiar mais empresas privadas do que a comunidade local.

Dos onze entrevistados, nenhum demonstrou conhecimento sobre educação patrimonial, o que revela uma lacuna significativa no processo de revitalização do Mercado de São Brás. Esse dado evidencia que a execução do projeto não contemplou estratégias eficazes para envolver e sensibilizar os/as comerciantes sobre a importância da preservação do patrimônio cultural, muito menos integrar a história e os conhecimentos das pessoas nas ações educativas.

A ausência de ações voltadas à participação ativa desse grupo reforça a percepção de que as decisões foram tomadas sem um diálogo efetivo com aqueles que vivenciam diariamente o espaço e possuem vínculos históricos e afetivos com o local. Dessa forma, a revitalização, ao desconsiderar a inclusão dos principais agentes impactados, compromete não apenas a valorização do patrimônio, mas também o reconhecimento da identidade e memória coletiva, associadas ao mercado.

A entrevista com Informante 2, vendedor no mercado de São Brás há 27 anos, reforça a conexão dos feirantes com o local. Para ele, o mercado representa mais do que um espaço comercial, "vamos dizer que é o começo da minha vida, porque todo o pouco que eu construí veio daqui. [...] Hoje eu tenho minha casa e minhas coisas através do mercado, então representa a minha família, faz parte da minha família". Há um sentido forte de identidade e memória com o Mercado.

Além desse impacto emocional com o espaço a recente reforma também gerou danos financeiros, pois impactou negativamente o fluxo de clientes, como o relato do Informante 2: "há um ano e pouco que viemos para cá e o mercado em si acabou. [...] Acabou no sentido do nosso movimento. As pessoas se afastaram muito porque é tudo fechado aqui na frente, o calor, então é um transtorno."

Além disso, esse mesmo informante relata nunca ter participado de discussões sobre educação patrimonial, "na verdade, aqui existia um conjunto de pessoas, o qual eles não chegavam, eles tinham só reuniões com pessoas que eles queriam e gostavam." Essa exclusão reforça a percepção de que as decisões foram tomadas sem ampla consulta aos comerciantes.

Já Informante 3, com mais de 20 anos de experiência no mercado, oferece uma visão crítica sobre as reformas. Para ele, apesar de melhorias, as mudanças foram insuficientes, "as outras reformas que tiveram não foram uma reforma, foi uma maquiagem." Ele também destaca a falta de envolvimento dos feirantes na preservação do mercado

como patrimônio cultural, "não, eu não ouvi falar ainda. E também não entendo para falar a verdade."

Para Informante 3, a falta de manutenção ao longo dos anos contribuiu para o estado atual do prédio, "quando você faz uma construção dentro da sua casa e uma vez por ano você não pinta? Você não tira as rachaduras? Você não tira as infiltrações? Com um tempo ela vai cair em cima de você." Por fim, ele aponta que as reformas visaram atender interesses turísticos, especialmente devido à COP30, "acredito que foi feito um conjunto tanto no turismo, para atrair os turistas, até por conta da COP30."

As entrevistas com outros feirantes, como Informantes 4, 5, 6 e 7, oferecem perspectivas valiosas sobre as mudanças e as dinâmicas do Mercado de São Brás, evidenciando tanto a experiência pessoal das entrevistadas quanto a visão crítica sobre as reformas realizadas no local.

Informante 4, que começou a trabalhar no mercado em 2011, após um período de desemprego, vê a reforma como uma oportunidade de revitalização do espaço, acreditando que pode atrair mais clientes e tornar o ambiente mais saudável e seguro. Em contrapartida, o Informante 5 percebe que as transformações não foram feitas com foco nas necessidades dos vendedores ou da comunidade local, mas sim em interesses privados.

O Informante 7 observa que, embora o ambiente tenha sido inicialmente acolhedor, as reformas não atenderam às necessidades dos/as comerciantes. Assim como o Informante 6, o Informante 7 também desconhece o conceito de educação patrimonial e nunca foi informado sobre o valor histórico e cultural do mercado ou as ações tomadas para preservá-lo. Para ele, as mudanças realizadas não favorecem nem os vendedores nem a comunidade, mas sim os interesses empresariais. Ele destaca que, se a reforma tivesse sido planejada com a perspectiva dos vendedores, a situação poderia ter sido diferente. No entanto, os empresários ocuparam o espaço, excluindo os/as comerciantes.

As demais entrevistas evidenciam uma desconexão entre as reformas e as necessidades dos/as comerciantes, além de uma falta de participação da comunidade local nos processos de preservação e valorização do mercado. As críticas dos/as comerciantes, bem como a análise de todo processo sugerem que, ao focar em interesses privados, as reformas podem ter contribuído para um processo de gentrificação, no qual as mudanças desconsideraram os aspectos sociais, histórico e culturais vivenciados no mercado e marginalizaram os/as comerciantes que mais dependem do local para sua subsistência e identidade social.

Esses depoimentos apontam para a necessidade de uma abordagem mais inclusiva, que sejam integrados no planejamento das transformações de espaços históricos e culturais, garantindo que todos os envolvidos se sintam parte do processo de preservação e valorização do local.

Diante disso, percebe-se que o processo de revitalização do Mercado de São Brás se insere em uma lógica de gentrificação, ao transformar um local histórico em uma centralidade urbana voltada para investimentos públicos e privados. Essa transformação redefine os significados simbólicos do espaço, convertendo o patrimônio cultural em mercadoria e privilegiando interesses econômicos e turísticos, muitas vezes em detrimento da participação e das necessidades da comunidade local. A gentrificação, como observa Leite (2002, p. 118), é utilizada

para designar intervenções urbanas como empreendimentos que elegem certos espaços da cidade considerados *centralidades* e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados, cujas mudanças nos significados de uma localidade histórica faz do patrimônio um segmento do mercado.

O que se reflete nas reformas do mercado, que visam atrair capital e turistas, mas excluem os/as comerciantes da dinâmica de preservação do patrimônio.

Esse processo revela uma desconexão entre as reformas urbanas e as demandas da comunidade que tradicionalmente ocupa o espaço, resultando na perda de identidade e de pertencimento por parte dos/as comerciantes locais. Ao priorizar interesses privados e turísticos, as intervenções no Mercado de São Brás contribuem para a marginalização de sujeitos historicamente ligados ao local, esvaziando seu valor simbólico e sua função social. Portanto, torna-se evidente a urgência de um modelo de revitalização mais inclusivo, que considere as especificidades culturais e sociais da comunidade, assegurando que o patrimônio seja preservado de forma a fortalecer os vínculos locais — e não a substituí-los por lógicas de mercado.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Mercado de São Brás representa um marco histórico e arquitetônico fundamental para a cidade de Belém, refletindo não apenas o período de modernização urbana do início do século XX, mas também as transformações socioeconômicas ao longo do tempo. Sua preservação exige um olhar atento à educação patrimonial, que desempenha um papel

essencial na valorização da memória coletiva e na transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações. Projetos que integram diferentes saberes e promovem o envolvimento da comunidade são fundamentais para garantir que esse espaço continue sendo um ponto de referência cultural e social na cidade.

Além disso, os instrumentos legais são essenciais para a preservação do patrimônio. Entretanto é importante que esses mecanismos garantam que mudanças estruturais no Mercado ocorram de forma sustentável, respeitando tanto seu valor histórico, mas principalmente a integração dos objetivos com as principais pessoas afetadas na obra. Entende-se que esse projeto apesar de não compor o processo de licenciamento ambiental poderia ter como base o Projeto Integrado de Educação Patrimonial da INº 01/2015, principalmente no requisito de ter como público-alvo as pessoas que são diretamente impactadas pela obra. Ou seja, os/as comerciantes do Mercado de São Brás. No projeto eles nem são citados como público-alvo e no relatório aparece como um contato inicial apenas.

Outra relevante normativa que um projeto de EP deve ter como referência é a Portaria nº 137/2016. Percebe-se que o projeto não foi construído de forma dialógica e como dito as principais pessoas a serem impactadas não foram consultadas nem na elaboração do projeto, nem ao longo da execução.

Paralelamente, a utilização de entrevistas na pesquisa sobre o mercado permitiu acessar percepções e narrativas dos indivíduos que vivenciam esse espaço, enriquecendo a compreensão de sua importância. Dessa maneira, a combinação entre preservação patrimonial, licenciamento ambiental e pesquisa qualitativa fortalece estratégias para a percepção a análise dos aspectos patrimoniais do Mercado de São Brás.

Conclui-se que as reformas no Mercado de São Brás, embora busquem revitalizar o espaço, demonstram um modelo de desenvolvimento que desconsidera a participação ativa dos/as comerciantes e as necessidades da comunidade local. A falta de comunicação sobre as mudanças, a exclusão dos/as comerciantes das discussões sobre o futuro do mercado e a falta de atenção em relação à educação patrimonial refletem um processo de revitalização que favorece interesses privados e turísticos em detrimento do patrimônio cultural e das pessoas que dependem do mercado para sua subsistência. Além disso, os feirantes revelam um descontentamento generalizado, apontando a falta de reconhecimento da importância histórica do espaço e a ausência de ações que envolvam a comunidade na preservação de sua memória coletiva.

Portanto, é fundamental que futuros projetos de revitalização e preservação do patrimônio histórico, como o do Mercado de São Brás, integrem de maneira mais inclusiva os/as comerciantes e a população local. A implementação de ações de educação patrimonial e a criação de canais de participação ativa são essenciais para garantir que as transformações no espaço respeitem sua história e identidade, ao mesmo tempo em que atendem às necessidades de quem vive e trabalha nesse local. Uma abordagem mais sensível às questões sociais e culturais fortaleceria o compromisso com a preservação e a valorização do patrimônio cultural, promovendo um equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a preservação das memórias coletivas.

## REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA BELÉM. **Reforma do Mercado de São Brás inicia oficialmente em Belém.** Diário Online, 27/01/2023. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/792973/reforma-do-mercado-de-sao-bras-inicia-oficialmente-em-belem?d=1> Acesso em: 18/03/2025

ANDRADE, Cilcair. Educação Patrimonial em Arqueologia: a dinâmica das práticas evidenciando redes de conhecimento. **Revista de Arqueologia**, v. 32, n. 2, p. 239-255, 2019.

BEZERRA, Marcia. Na beira da cava: Arqueologia, educação patrimonial e direitos humanos em Serra Pelada, Pará, Amazônia. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 216–288, 2015. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/437>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) (Acesso em: 18/03/2025)

DANTAS, Adailson Soares. Novo Mercado de São Brás: o discurso do declínio urbano e a apropriação do patrimônio. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, São Carlos, Brasil, v. 20, p. 1–18, 2022. DOI: [10.11606/1984-4506.risco.2022.190048](https://doi.org/10.11606/1984-4506.risco.2022.190048). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/190048>.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília, DF: Iphan, 2014.

G1 PA. **Manifestantes fixam cruzeiros em frente ao Mercado de São Brás, em Belém.** G1, 15/04/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/04/15/manifestantes-fixam-cruzeiros-em-frente-ao-mercado-de-sao-bras-em-belem.ghtml> Acesso em: 18/03/2025

IPHAN. **Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015.**

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 17, p. 115-134, 2002.

MANCINI, Lorena Angélica; HEREDIA, Vania Beatriz Merlotti. Memórias, Patrimônio Cultural: possibilidades para turismo cultural. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 10, n. 1, p. 45-71, 2024.

O Liberal. **Mercado de São Brás**: conheça a história do local considerado símbolo da expansão belenense. O Liberal, 10/08/2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/mercado-de-sao-bras-conheca-a-historia-do-mercado-considerado-um-simbolo-da-expansao-belenense-1.573180> Acesso em: 18/03/2025

PASSOS, Marcos, MOTA, Carolina. **Reabertura do Mercado de São Brás marca entrega da primeira das 8 obras municipais para COP30, em Belém**; confira cada projeto. G1, 12/01/2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/01/12/reabertura-do-mercado-de-sao-bras-marca-entrega-da-primeira-das-8-obras-municipais-para-cop30-em-belem-confira-cada-projeto.ghtml> Acesso em: 18/03/2025

IPHAN. **Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016**. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio (online - [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria\\_n\\_137\\_de\\_28\\_de\\_abril\\_de\\_2016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf) )

RUSSO, Rosária de Fátima Segger Macri; DA SILVA, Luciano Ferreira. Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa. **Gestão e Projetos: GeP**, v. 10, n. 1, p. 1-6, 2019.

SOUZA, Joelma Simone da Costa; DE CAMPOS, Raul Ivan Raiol; COSTA, Maria Augusta Freitas. Da Belle Époque ao abandono: o Mercado de São Brás como patrimônio histórico e atrativo turístico de Belém-PA. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 10, n. 2, p. 136-164, 2020.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix-Revista de História e estudos culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010.

TURISMO E MEGAEVENTOS: A COP30 EM BELÉM (PA). (2024). **Revista Paata Eeseru Em Turismo**, 4. <https://periodicos.ifrr.edu.br/index.php/PET/article/view/1851>